

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.480, DE 2015

Denomina "Rodovia Governador Luiz Henrique da Silveira" o trecho da BR-116 em todo o Estado de Santa Catarina.

Autor: Deputado MAURO MARIANI

Relator: Deputado ALCEU MOREIRA

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Mauro Mariani, visa a denominar "Rodovia Governador Luiz Henrique da Silveira" o trecho da BR-116 em todo o Estado de Santa Catarina.

Pretende o autor da proposição homenagear o ex-Prefeito de Joinville, o ex-Governador de Santa Catarina e o ex-Deputado Federal, Luiz Henrique da Silveira, denominando, com seu nome, a BR-116, que corta o Estado.

A proposição foi distribuída às Comissões de Viação e Transportes e de Cultura, para análise do mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O projeto de lei foi aprovado, à unanimidade, nas Comissões de Viação e Transportes e de Cultura.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, conforme o art. 24, II, do Regimento Interno, e tramita sob o rito ordinário.

Não foram apresentadas emendas ao projeto, no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania compete examinar a proposição exclusivamente quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação, nos termos previstos no art. 32, inciso IV, alínea “a”, do Regimento Interno.

Não se verificam vícios de inconstitucionalidade que possam macular o projeto de lei em exame. Cuida-se de matéria pertinente à competência legislativa privativa da União, já que envolve a designação de parte de um de seus bens, a Rodovia BR-116. Não havendo reserva de iniciativa sobre o tema, revela-se legítima a apresentação da proposição por parte de parlamentar.

Quanto à juridicidade, também não há o que se objetar. A edição de lei para dar nome a trecho de rodovia federal está prevista no art. 2º da Lei nº 6.682/1979, que, ao dispor sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação (PNV), faculta que, mediante lei especial, seja dado o nome de pessoa falecida, que haja prestado relevantes serviços à nação, a estações terminais, obras de arte ou trechos de via, como é o caso contemplado no projeto de lei em apreço.

A técnica legislativa atende às prescrições da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.480, de 2015.

Sala da Comissão, em 09 de julho de 2018.

Deputado **ALCEU MOREIRA**
Relator